

**ACTA N.º 4/2009  
DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA  
MUNICIPAL DE PORTO DE MÓS, REALIZADA  
EM 19 DE FEVEREIRO DE 2009**

-----Aos dezanove dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e nove, nesta Vila de Porto de Mós, nos Paços do Concelho e Sala de Sessões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Vice-Presidente ALBINO PEREIRA JANUÁRIO, secretariada pelo Secretário Municipal NEUZA JOSÉ DOS REIS MORINS, achando-se presentes os Vereadores Senhores, ANTÓNIO JOSÉ JESUS FERREIRA, RUI AUGUSTO MARQUES DA SILVA PEREIRA NEVES, JOÃO JOSÉ CONCEIÇÃO ALMEIDA E JORGE MANUEL VIEIRA CARDOSO, tendo faltado o Presidente da Câmara Senhor JOÃO SALGUEIRO e a Vereadora Senhora IRENE MARIA CORDEIRO PEREIRA. --

-----À hora marcada e depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, tendo sido tratados os seguintes assuntos:-----

-----A Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta ao Presidente da Câmara, Senhor João Salgueiro e à Vereadora Senhora Irene Maria Cordeiro Pereira. -----

-----**APROVAÇÃO DA REDACÇÃO FINAL DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 5 DE FEVEREIRO DO CORRENTE ANO** – Após análise da acta da reunião ordinária realizada em cinco de Fevereiro do corrente ano, foi a mesma aprovada na sua redacção final. -----

-----**APROVAÇÃO DA REDACÇÃO FINAL DA ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO DO CORRENTE ANO** – Após análise da acta da reunião extraordinária realizada em treze de Fevereiro do corrente ano, foi a mesma aprovada na sua redacção final.-----

**OBRAS PARTICULARES**

-----**PROC.º N.º 408/2008 - REQUERENTE** – Coopescola – Cooperativa de Ensino da Penha de França, requer a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à instalação de um Centro de Lazer e Educação Ambiental, na Antiga “Reserva de Burros”, no lugar de “Covão do Poço”, freguesia de Alvados, já objecto de deliberação em dois de Outubro de dois mil e oito.-----

-----Deliberado aprovar condicionado ao parecer dos Serviços Técnicos. -----

-----**PROC.º N.º 537/2008 - REQUERENTE** – João Augusto Faustino da Silva, requer a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à instalação de um Atelier de Pintura de Azulejos, numa construção existente na Rua Principal, n.º 186, Cumeira de Cima, freguesia de Juncal. --- -----

-----Deliberado aprovar condicionado ao parecer dos Serviços Técnicos. -----

-----**PROC.º N.º 555//2008 - REQUERENTE** – Fábrica da Igreja Paroquial de São João, requer a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à construção de um Salão Paroquial, a edificar no Largo de São João, freguesia de São João. -----

-----Deliberado aprovar condicionado aos pontos um e dois do parecer dos Serviços Técnicos. --- -----

-----Mais foi deliberado recomendar que a rua do lado Norte fique com uma largura

mínima de seis metros, podendo nessa rua ser eliminado o passeio, a fim de a mesma ser toda calçetada entre as duas fachadas. -----  
-----

## -----DIVERSOS-----

-----**DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DA AMLEI – ÁREA METROPOLITANA DE LEIRIA** – Presente um e-mail da entidade mencionada em epígrafe a solicitar a designação de um representante para a Assembleia Intermunicipal. -----  
-----

-----Deliberado designar o Presidente da Câmara, Senhor João Salgueiro e o Vice-Presidente, Senhor Albino Pereira Januário. -----  
-----

-----**DESIGNAÇÃO DE UM MEMBRO PARA O CONSELHO CONSULTIVO DE SAÚDE** – Presente um ofício do Centro de Saúde de Porto de Mós, a solicitar a designação de um representante desta Câmara Municipal, para integrar o Conselho Consultivo de Saúde. ----  
-----

-----Deliberado nomear o Presidente da Câmara Senhor João Salgueiro. -----  
-----

-----**PEDIDO DE INSTALAÇÃO DE UMA ESPLANADA** – Presente uma informação dos Serviços, no seguinte teor:-----  
-----

-----“Dando seguimento ao despacho de Vossa Ex.a, referente ao pedido feito pela Sra. Isabel Nunes para a instalação de uma esplanada, venho deste modo informar que após visita ao local verificamos, que é uma rua sem saída, serve várias garagens e o passeio onde pretendem instalar a esplanada tem cerca de 1,5 metros de largura, conforme se pode ver na fotografia em anexo. -----  
-----

-----Mais informo que a colocação da esplanada não cria problemas à normal circulação rodoviária no local no entanto dificulta a circulação de peões por cima do passeio.-----  
-----

-----Sem mais de momento, deixando para análise e decisão de Vossa Ex.a.”-----  
-----

-----Deliberado aprovar por um período experimental de um de Março a trinta de Setembro do ano de 2009. -----  
-----

-----**PROPOSTAS DE APOIO SOCIAL E ECONÓMICO** – Presente uma proposta dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, no seguinte teor:-----  
-----

-----“Os vereadores do PSD, conscientes de que a crise financeira e económica que assola o nosso país, tem graves reflexos na vida dos Portomosenses e das empresas concelhias, propõem para discussão e eventual aprovação, um conjunto de medidas de apoio às famílias e empresas do nosso concelho:-----  
-----

-----Redução da receita fiscal, ao nível da Derrama e IRS, como forma de proporcionar um apoio directo e efectivo às empresas e às famílias;-----  
-----

-----Redução da tarifa de água, com novos escalões de isenção para as famílias mais carenciadas e novos escalões para as famílias mais numerosas; -----  
-----

-----Não actualizar a tarifa de saneamento e resíduos sólidos urbanos este ano e aprovar novos escalões para famílias carenciadas e/ou numerosas;-----  
-----

-----Aprovar isenções nas tarifas de água e de saneamento para famílias em que um dos membros, ou os dois, não tenham emprego e que revelem graves carências económicas;-----  
-----

-----Isentar do pagamento de refeição todos os alunos do Pré-escolar e do 1º Ciclo, cujos encarregados de educação estejam em situação de desemprego; -----  
-----

-----Isentar do pagamento de taxas e licenças os projectos destinados à construção da 1ª habitação, para casais jovens cuja soma de idades não exceda os 60 anos, ou em nome individual, com idade compreendida entre os 18 e os 30 anos;-----  
-----

-----Lançar um programa de apoio à terceira idade, para reformados com rendimentos inferiores ao salário mínimo nacional; -----

-----Lançar um programa de apoio às PME, que contemple a isenção de taxas e licenças na construção ou renovação de edifícios comerciais ou industriais.” -----

-----O Senhor Vereador António José solicitou para intervir referindo que o que pretendem com a proposta apresentada é que os restantes membros do executivo se renunciem sobre a mesma, dizendo se concordam na íntegra ou só em alguns pontos e se estão disponíveis a discutir ou pensar em algumas das medidas apresentadas. -----

-----Interveio o Sr. Vereador Albino Januário referindo que o Executivo tem a obrigação e responsabilidade de tratar o assunto exposto de uma forma séria e equilibrada, analisando a realidade num todo e não numa parte como é o caso da proposta apresentada pelos vereadores do Partido Social Democrata. -----

-----Solicitou para intervir o Sr. Vereador João José Conceição Almeida dizendo que face às situações reais em que se vive pode-se tentar encontrar aqui, em conjunto, soluções para alguns dos problemas que possam a vir ser identificados e devidamente despistados, o que se está aqui a falar são de famílias carenciadas, famílias mais numerosas, situações de desemprego, referindo ainda que entende que situações deste tipo devem ser tidas em conta no sentido de as poderem apoiar. -----

-----Interveio o Sr. Albino Januário dizendo que como é óbvio todos são sensíveis a esses problemas, contudo as situações com que já foi confrontado, sobretudo na área das águas sempre se têm encontrado solução como por exemplo o pagamento em prestações. Referiu ainda como exemplo que o primeiro escalão de água, até 10m<sup>3</sup>, que é a grande fatia, o custo médio ronda os seis a sete euros mensais, o que equivale a 1% do Salário Mínimo Nacional. -----

-----Será que a água justifica assim tanta preocupação, é óbvio que não é insensível e lhe custa quando um Município se dirige à Câmara e diz que não tem dinheiro para pagar a água, mas também tem de ser analisado em que medida isso é verdade e se justifica, porque por vezes não se consegue fazer uma avaliação daquilo que verdadeiramente é útil e necessário, nem estabelecer prioridades entre a água e outras coisas supérfluas. Como é óbvio, a Câmara estará disposta para apoiar todos os casos que verdadeiramente sejam provados e que se justifiquem, referindo que a Câmara nunca rejeitou os casos que vêm à Câmara com a informação da Técnica de Acção Social. -----

-----Interveio o Sr. Vereador João José Conceição Almeida, dizendo que as situações referenciadas e as medidas que estão a ser implementadas, pressupõem uma situação normal da economia local, regional e até nacional. Nós estamos numa situação ligeiramente diferente, quando pensamos nestas questões, nunca pensamos num desinvestimento ao abastecimento de água e saneamento às populações. O que se propôs aqui foram medidas para discussão e eventual aprovação, entendemos que são questões que podem ser discutidas e que eventualmente se podem analisar quais os pontos onde se poderá fazer alguma coisa ou então e dado que inviabilizariam determinado tipo de receita, que por sua vez inviabilizariam determinados investimentos, não possam ser equacionados. Acrescentou que tentaram elencar uma série de situações que pudessem ser aqui discutidas e aprovadas. Mesmo que não na totalidade, poderiam discutir as questões ao pormenor no sentido de se chegar a algo em conjunto, como é óbvio não foram não apresentados números porque não os tem mas estarão disponíveis para discutir em conjunto e arranjar soluções. -----

-----António José interveio referindo que o que se pretendia era discutir e aprovar um pacote de medidas para ajudar nas situações mais desfavorecidas, acrescentando que existem Câmaras Municipais que estão a tomar medidas neste sentido. -----

-----O Vereador Albino Januário mencionou que estará sempre disponível para discutir com os vereadores qualquer assunto, contudo verifica-se que as matérias da proposta, se traduzem em apoios meramente financeiros. Aceitar o que está na vossa proposta implicaria rever o orçamento aprovado, uma vez que, por o exemplo, só em 2008 relativamente a 2007 a receita do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) diminuiu cerca de 204.000,00 € e os loteamentos de obras reduziram cerca de 55.000,00 €. -----

-----O Vereador João José mencionou que com estes pressupostos o que se pretende não é alterar o orçamento em vigor, mas sim de se deixar fazer algum investimento menos prioritário e aí poderiam ser adaptadas as situações. -----

-----O Vereador António José proferiu que estão a propor, para eventual aprovação, algumas medidas, entendendo que a Câmara poderia fazer uma análise em termos de valor do impacto que estas medidas terão nas receitas da Câmara, pois são medidas que iriam ajudar pessoas carenciadas. Após serem devidamente analisadas, possivelmente o impacto para a Câmara em termos reais não será muito. -----

-----O Vereador Albino Januário interveio afirmando que não consegue falar destas matérias sem falar em números. Quando se fala destas matérias, não se pode ver apenas uma parte do problema, tem que se ver não só as necessidades mas também as possibilidades da Câmara. São assuntos que têm de ser devidamente analisados, tal como é referido na Declaração de Voto apresentada. -----

-----Deliberado não aprovar, com os votos contra dos Vereadores do Partido Social Democrata, tendo os Vereadores do Partido Socialista apresentado uma declaração de voto que se passa a transcrever: -----

-----“Os eleitos pelo PS para a Câmara Municipal, Vice-Presidente, Albino Januário e os Vereadores, Jorge Cardoso e Rui Neves, votam contra a proposta dos Srs. Vereadores do PSD, por considerarem que a mesma se reveste de um objectivo eminentemente partidário e eleitoralista. -----

-----Vivemos um problema grave de natureza financeira e económica com origem conjuntural externa e que já está a atingir socialmente o nosso Município. Não esquecemos esse facto e consideramos que o momento é sério e, por isso mesmo, não se presta a oportunismos políticos orientados para fins eleitorais. Antes, exige responsabilidade e seriedade de todos os Autarcas concelhios de forma a encontrar as soluções mais adequadas para minimizar os seus efeitos negativos sem colocar em causa os serviços básicos a que o Município está obrigado e a realização do investimento previsto, nomeadamente em infra-estruturas de água e saneamento, de que muito carecemos. -----

-----Falar em descida de impostos, taxas e tarifas, e fazê-lo de uma forma generalizada, é colocar a demagogia acima do interesse geral, uma vez que essa proposta se apresenta perfeitamente desajustada e desconforme com a realidade financeira actual no Município. Lembremos a este propósito que as receitas desta natureza registaram quebras muito acentuadas no exercício findo. -----

-----Todavia, o Executivo Municipal eleito pelo PS, nomeadamente o Sr. Presidente da Câmara, tem estado, e está, muito atento às dificuldades entretanto surgidas com o encerramento e semi-paralização de empresas, sedeadas no Concelho. Está em curso um processo promovido pela AMAE, Associação da qual Porto de Mós faz parte, que visa apoiar micro empresas pela via do micro-crédito. Para além disso, e ainda no domínio da actividade empresarial no Concelho, o Sr. Presidente da Câmara, teve recentemente várias reuniões conjuntas com a Administração Central visando minimizar os impactos sociais e a eventual viabilização dessas unidades. A situação social ao nível dos desempregados e dos carenciados, residentes na área do nosso Município, é outra preocupação do Executivo. Nesse sentido existem na Câmara Municipal, e funcionam activamente, o Gabinete UNIVA para analisar os casos dos desempregados e o Gabinete Social que analisará os casos susceptíveis de apoio Camarário e proporá o respectivo quantitativo a atribuir. Lembremos ainda que é preciso respeitar os regulamentos que se encontram em vigor e /ou alterar o conteúdo de outros para que seja possível acolher positivamente eventuais propostas que visem minimizar os efeitos desta crise. --

-----Estamos atentos e sensibilizados para acolher todas as propostas que, a cada momento, se mostrem mais adequadas para responder às exigências da realidade actual e complexa que vivemos. Estamos ainda numa fase da chamada crise que, tudo o indica, deverá conhecer evolução nos próximos tempos. Por esta razão importa estar alerta para tomar medidas que oportunamente se julgarem mais ajustadas a cada caso, tendo em conta as possibilidades

financeiras e as limitações legais numa perspectiva realista e o desenvolvimento integrado do Município. - -----

## ----- **FINANÇAS MUNICIPAIS** -----

-----**TESOURARIA** – A Câmara tomou conhecimento do movimento dos fundos, por intermédio do Resumo Diário da Tesouraria. -----

-----**TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL PARA A CERCILEI – COOPERATIVA DE ENSINO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS INADAPTADOS DE LEIRIA, C.R.L.** – Presente um fax da Instituição mencionada em epígrafe, a solicitar uma transferência de capital no montante de setenta e seis mil, seiscentos e sessenta e um euros e oitenta e cinco cêntimos, nos termos do Protocolo, destinada a fazer face às despesas com a construção do pólo intermunicipal do Centro de Actividades Ocupacionais da Cercilei em Porto de Mós. -----

-----Deliberado atribuir o apoio financeiro no valor de setenta e cinco mil euros.-----

-----**SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES – RECLAMAÇÃO DE DÍVIDA** – Presente uma informação da Dr.<sup>a</sup> Cláudia Fino, a informar que a Sociedade Portuguesa de Autores reconhece que não há lugar ao pagamento de direitos de autor sobre o evento das Marchas Populares, no entanto, a entidade reclama o pagamento de três mil, setecentos e trinta e seis euros e quarenta cêntimos, referentes aos direitos de autor dos restantes espectáculos.-----

-----Deliberado liquidar o valor de três mil, setecentos e trinta e seis euros e quarenta cêntimos, referente às facturas 3842/2007, n.º 22/2008, 23/2008, 2843/2008 e as notas de crédito n.º 13 e 14 do ano de 2009.-----

-----**CELEBRAÇÃO DO “SENHOR DOS PASSOS” DA PAIXÃO DE CRISTO** – Presente uma carta da Fábrica da Igreja de S. Pedro, a solicitar uma comparticipação financeira no valor de novecentos euros, destinada a fazer face às despesas com o pagamento da Banda na celebração do “Senhor dos Passos” da Paixão de Cristo. -----

-----Deliberado atribuir o apoio no valor de novecentos euros.-----

-----**COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ATRIBUIR AO “GRANDE ELENCO - ASSOCIAÇÃO CULTURAL”- CARNAVAL DE SERRO VENTOSO** – Presente uma informação do Vereador Dr. Rui Neves, no seguinte teor: -----

-----“No próximo dia 24 de Fevereiro de 2009 o “Grande Elenco - Associação Cultural” vai organizar o Desfile Carnavalesco de Carros Alegóricos em Serro Ventoso. -----

-----Sendo neste momento o maior festejo de Carnaval no Concelho é justo que se conceda um apoio financeiro para a realização do mesmo, pelo que proponho a atribuição de 2500€ (dois mil e quinhentos euros) à entidade Grande Elenco - Associação Cultural, para além de todo o apoio logístico e material publicitário já cedido. -----

-----À Consideração de V. Ex.<sup>a</sup> e restantes membros do executivo municipal.” -----

-----Deliberado atribuir o apoio financeiro no valor de dois mil e quinhentos euros. -----

-----**DEVIDO À URGÊNCIA, FOI DELIBERADO DISCUTIR OS SEGUINTESS ASSUNTOS:**-----

-----**COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ATRIBUIR À ASSOCIAÇÃO DE**

**SERVIÇO E SOCORRO VOLUNTÁRIO DE S. JORGE** – Presente uma carta da Associação mencionada em epígrafe, a solicitar um apoio financeiro para a aquisição de duas novas ambulâncias.-----

-----Deliberado atribuir o apoio financeiro no valor de cinco mil euros.-----

-----**COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ATRIBUIR À UNIÃO RECREATIVA MIRENSE** – Presente uma carta da Associação mencionada em epígrafe, a solicitar um apoio financeiro de modo a fazer face às despesas inerentes aos melhoramentos efectuados nas suas instalações.-----

-----Deliberado atribuir o apoio financeiro no valor de vinte mil euros, condicionado ao cumprimento dos procedimentos legais.-----

-----Não tendo tomado parte da deliberação o Vereador João José Conceição Almeida, tendo-se ausentado da sala.-----

-----**CONSTRUÇÃO DA SALA DE REFEIÇÕES NA CUMEIRA – PRORROGAÇÃO GRACIOSA DO PRAZO** – Presente uma informação dos Serviços Técnicos, no seguinte teor:-----

-----“Presente o fax, apresentado pela empresa adjudicatária dos trabalhos, ANTÓNIO MENDES HENRIQUES, LDA, da empreitada em epígrafe, no qual o adjudicatário solicita uma prorrogação graciosa pelo prazo de 60 dias, conforme se anexa, em que justifica o pedido de prorrogação com base nas chuvas ocorridas nos últimos meses que atrasaram o ritmo do andamento dos trabalhos, assim bem como, o cumprimento do tempo de cura dos elementos de betão, face ao exposto e uma vez que solicita uma prorrogação graciosa, parece-me razoável e aceitável. Pelo que proponho a aprovação da referida prorrogação graciosa de 60 dias, no entanto V. Exm.<sup>a</sup> Câmara decidirá.”-----

-----Deliberado concordar com a informação e conceder uma prorrogação de prazo graciosa de sessenta dias.-----

-----**ARRANJO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DO CASTELO DE PORTO DE MÓS – 1.ª FASE – RECUPERAÇÃO E ENQUADRAMENTO DO CEMITÉRIO VELHO – PRORROGAÇÃO DO PRAZO** – Presente uma informação dos Serviços Técnicos, no seguinte teor:-----

-----“Foi presente um ofício, apresentado pela empresa ECOEDIFICA, S.A., adjudicatária dos trabalhos, da empreitada em epígrafe, no qual o adjudicatário solicita uma prorrogação pelo prazo de 30 dias, conforme se anexa, em que justifica o pedido de prorrogação com base nas condições climatéricas que condicionaram e impediram a execução normal dos trabalhos dos arranjos exteriores, rebocos e pinturas da capela e muros do cemitério, bem como a ocorrência de funerais durante as horas de trabalho.-----

-----Face ao exposto parece-me razoável ser-lhe concedida uma prorrogação graciosa de 22 dias, pois as condições climatéricas são as normais da época, em relação à ocorrência de funerais, a empresa quando aceitou a empreitada já sabia que tal poderia acontecer durante o decorrer dos trabalhos.-----

-----Outra das razões para atrasos no decorrer normal dos trabalhos foi algumas decisões e alterações na rede eléctrica que estava muito vaga no projecto, face ao exposto entende-se que existe razão na reclamação emitida pela entidade executante, no que diz respeito de lhe ser concedida uma prorrogação legal de 8 dias.-----

-----Face ao exposto propõe-se a aprovação das referidas prorrogações, no entanto V. Exm.<sup>a</sup> Câmara decidirá, de acordo com esta informação.”-----

-----Deliberado concordar com a informação e conceder uma prorrogação graciosa de vinte e dois dias e uma prorrogação legal de oito dias.-----

-----Todas as deliberações que não tenham qualquer anotação foram aprovadas por unanimidade. -----

-----De modo a permitir a sua imediata execução, a Câmara resolveu aprovar a Acta em Minuta no final da Reunião. -----

-----**ENCERRAMENTO** – E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, pelas dezassete horas, da qual para constar, se lavrou a presente Acta. -----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_